

## INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva apresentar as principais contribuições do economista Ignácio Rangel Mourão. Em um primeiro momento, destacam-se os aspectos biobibliográficos da carreira de Rangel, em segundo, são apresentadas as principais características do pensamento econômico deste cientista e por fim, aborda a sua contribuição para a reflexão econômica do Brasil, enfatizando a tese da dualidade brasileira, a questão agrária e a inflação.

Rangel apresenta um perfil marcado pela originalidade e singularidade teórica. Adaptava as teorias internacionais, criando material próprio para interpretar e solucionar os entraves ao desenvolvimento da economia brasileira. Seu senso crítico foi caracterizado pela sagacidade autodidata. Sua carreira foi bastante atraente: foi militante do Partido Comunista Brasileiro na década de 1930, membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) nos anos de 1950 e, por fim, integrante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1976, embora, mesmo depois de aposentado tenha continuado a prestar serviços para aquela instituição.

Apesar de ser pouco compreendida, por ser considerada mais complexa, a teoria da dualidade é o ponto central da obra de Rangel. Ela organiza o pensamento e ampara todas as formulações do autor nos campos de inflação, privatização, questão agrária, dentre outros. A dualidade é a teoria que alinha o processo econômico às classes sociais.

Contrariando o pensamento da época, Rangel argumentava que a reforma agrária não era necessária para modernizar a agricultura e desenvolver o país. Não era contra a ideia, porém, sabia que não seria o momento certo para colocá-la em prática.

Em sua obra mais clássica, *A Inflação Brasileira*, declarava que a espiral de preços não era explicada nem pela oferta nem pela demanda, mas pela capacidade de propagação nos mercados, tornando a inflação um mecanismo de defesa do sistema.

## 1. BREVE BIOGRAFIA DE IGNÁCIO RANGEL

Nascido em 20 de fevereiro de 1914, na cidade de Mirador, Maranhão, Ignácio Rangel Mourão foi Bacharel em Direito e fez-se formalmente economista no ano de 1954, pela CEPAL, defendendo a tese sob o título de *El Desarrollo Económico em Brasil*. Ainda na adolescência, começa a ler obras de Marx e Engels, que o incentivam a se tornar militante, no início da década de 30, do Partido Comunista Brasileiro. Mais tarde começou a se afastar da militância à medida que cresciam os desacordos ideológicos entre ambos, sobretudo, no que se refere à ideia defendida pelo partido de que a reforma agrária seria fundamental para a industrialização.

Durante a década de 1940, começa a trabalhar no Rio de Janeiro como tradutor de novelas policiais e, em seguida, também como tradutor para a agência de notícias *Reuters*. Paralelamente, dedicava-se ao estudo e criação de artigos voltados à análise da economia.

Em 1950, Rangel é apresentado por Rômulo de Almeida, seu chefe, que assessorava a Conferência Nacional da Indústria, ao presidente Getúlio Vargas, que o convida para assessorá-lo. Entre inúmeras atribuições, contribuía na elaboração de projetos para a Petrobrás e na criação da Eletrobrás. Nesta mesma década faz pós-graduação na CEPAL, desenvolvendo a teoria da dualidade brasileira, publicada em 1957 sob o título *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*.

Em 1955 integra o BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), onde chega a chefe de Departamento Econômico. Realiza dois trabalhos inspirados em suas atividades, dando origem ao longo artigo *Desenvolvimento e projeto* e à obra *Elementos de economia do planejamento*. Um apanhado de sua monografia escrita no Chile encontra-se em *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro*.

Rangel publica *Apontamentos para o 2º Plano de Metas* e *A questão agrária brasileira*, ambos em 1961, e o clássico *Inflação Brasileira* (1963). Em 1965, Rangel é acometido de enfarte e se licencia do BNDE, mas três anos após retorna. Apesar de se aposentar em 1976, continua a dar consultoria ao banco até a véspera do governo Collor. Redigiu, então, mais três coleções de ensaios – *Recursos ociosos e política econômica* (1980), *Ciclo tecnologia e crescimento* (1982) e *Economia brasileira Contemporânea* (1987) – e uma análise da economia brasileira no período autoritário: *Economia, milagre e antimilagre*.

No início dos anos 90, a Universidade do Maranhão publica uma entrevista biográfica de Rangel. Após a publicação de diversos artigos na Revista de Economia Política e tornar-se colaborador assíduo da Folha de S. Paulo, com a saúde bastante debilitada, Ignácio Rangel falece em março de 1994 na cidade do Rio de Janeiro.

## 2 PENSAMENTO ECONÔMICO

Conhecido por sua singularidade claramente autodidata e grande maturidade ideológica, Ignácio Rangel ganhou destaque como um dos maiores estudiosos do desenvolvimento econômico brasileiro a partir da segunda metade do século XX. Por possuir opinião própria e linha de pensamento peculiar não pode ser rotulado, embora possuísse grandes influências de Marx, Schumpeter e Keynes. Participou ativamente da ascensão da Segunda Revolução Industrial no Brasil e da reorganização do governo central, sendo parte integrante do desenvolvimento deste processo.

A principal questão abordada por Rangel é a formação de um capital mercantil desenvolvido e oligopolista, o qual seria capaz de romper o sistema feudal da agricultura, suprindo as cidades – este tema é nitidamente abordado pelo economista na obra *A questão Agrária Brasileira*.

Para ele, a criação de oligopólios, para a comercialização de produtos agrícolas ao mercado urbano interno, gerou um expressivo progresso. Uma vez que era uma alternativa eficaz de organização do abastecimento dos grandes centros urbanos, numa época em que a produção estava fundamentada em

alicerces feudais. O conjunto formado pelo oligopólio e pelo comércio representava o aspecto externo do latifúndio internamente feudal e exacerbadamente comerciante. Contudo, ainda fica por esclarecer *onde e em que* condições originam-se esse segmento modernizador do capital mercantil. Seria necessário debater a lógica da reprodução da esfera clássica, com traços econômicos e político e aspectos ideológicos e operacionais.

Este trabalho foi o primeiro de um economista contemporâneo a considerar a questão agrária como parte da dinâmica inerente aos interesses do capital. Sendo assim, esta questão não é um problema rural, mas é um componente do movimento do capital, uma vez que ele se desdobra no espaço nacional e apoia-se nas estruturas tradicionais de poder. “Não há um problema agrário fixo, que permanece ou se resolve, se não um espaço de conflito de interesses que se desloca segundo varia a mobilidade dos trabalhadores e flexibiliza o acesso aos recursos humanos.”

Além dos estudos feitos sobre a questão agrária em nosso país, Ignácio Rangel preocupou-se em fazer análises voltadas às transformações do capital e ao sistema institucional – a influência do capital financeiro na construção do bloco de poder no capitalismo monopolista. Além das implicações imediatistas, a inflação também deveria ser analisada pela sua função de acumulação de capital. Neste modelo disposto os aspectos monetários e os aspectos de distribuição de renda são diferentes.

Distinguem-se os aspectos monetários propriamente ditos, aspectos de distribuição de renda, portanto, de impacto sobre o perfil da demanda; e os efeitos da inflação sobre a taxa de crescimento do produto social, isto é, sobre as alterações que se introduzem na composição do capital. A composição do capital e a composição do bloco de poder são referências fundamentais. Entende-se que uma e outra mudam ao longo do tempo. (PEDRÃO, 2001)

A teoria da dualidade brasileira é desenvolvida por Rangel como tese defendida na conclusão de sua pós-graduação na CEPAL. De maneira sintetizada, o autor definiu a questão da dualidade:

A economia brasileira, [enquanto economia complementar à europeia] se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção [formações em constante conflito]

De acordo com Bresser, este grande economista sempre pensou em economia como um processo histórico, cíclico e dialético. Acreditava que a economia possuía sua própria dinâmica, sendo assim, não poderia ser alterada pelas autoridades político-econômicas, pois era determinada pelo mercado e pela tecnologia.

Por possuir sua formação em Economia na escola estruturalista da CEPAL, possuiu grande influência de economistas como Raul Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto e Oswaldo Saunkel.

## 2.1 A TESE DA DUALIDADE BÁSICA

A teoria histórica da dualidade de Rangel avalia a contradição primordial, que dinamiza o decorrer da história brasileira. A explicação dialética sobre o desenvolvimento proveniente da teoria da dualidade de Rangel, como ele mesmo expõe no prefácio de seu livro *Inflação Brasileira*:

[...] e a Dualidade Básica da economia brasileira estava no desfecho lógico dessas cogitações. O leitor vai encontrar aqui [em a Inflação Brasileira] uma aplicação concreta da teoria da dualidade. Sem esta, não podemos entender o Brasil: seu direito, sua economia e sua política. O Brasil é uma dualidade e, se não o estudarmos assim, há de parecer-nos uma construção caótica, sem nexos internos estabelecidos e, sobretudo, sem história.

Não se trata apenas de uma explicação sobre a dinâmica do âmbito econômico. É uma teoria que engloba outros campos da realidade social, concebida como uma totalidade histórico-estrutural, que tentar abordar a especificidade da economia e da sociedade – que possui setor capitalista e pré-análise.

O Brasil é representado para Rangel como uma economia complementar às economias mais desenvolvidas, sendo formada por três níveis econômicos: a) economia natural, indicando uma produção cujo consumidor seria o próprio produtor; b) economia de mercado, que é parecida com o sistema capitalista do século XIX, e; c) economia de monopólio, semelhante ao capitalismo contemporâneo.

A teoria afirma que coexistiam, em termos econômicos, no Brasil requisitos estruturais do feudalismo provenientes da transição das fazendas de escravos para os latifúndios. De acordo com o economista

“embora seja mais fácil surpreender o fato da dualidade no estudo de um instituto particular do que na economia nacional como um todo, é evidente que a sua origem se encontra nas relações externas. Desenvolvendo-se como economia complementar ou periférica, o Brasil deve ajustar-se a uma economia externa diferente da sua, de tal sorte que é, ele próprio, uma dualidade. Os termos dessa dualidade se alteram e desde logo podemos assinalar que mudam muito mais rapidamente no interior do que no exterior, o que significa estarmos queimando etapas. Nos primeiros quatro séculos de nossa história, vencemos um caminho correspondente a, pelo menos, quatro milênios da história européia. [...] O mercantilismo nos descobriu, o industrialismo nos deu independência, e o capitalismo financeiro, a República.”

O modo de produção dual é complicado e ajusta elementos de diversos modos de produção fundamentais. Tais elementos são combinados em dois pólos principais (interno e externo), que se ramificam em dois pólos secundários também interno e externo, obedecendo as seguintes leis, segundo Rangel (2005):

- 1º lei da dualidade brasileira: pólo interno e externo da dualidade se modificam alternadamente;
- 2º lei: essa mudança nas relações de produção nos pólos é apenas parcial e sempre há transferência para o lado interno das relações de produção antes vigentes no lado externo;
- 3º lei: a mudança em algum dos pólos ocorre quando o modo de produção passa do lado externo ao lado interno;

- 4° lei: quando há mudança no pólo, o lado externo muda também para um modo de produção mais avançado, formando um novo conflito com o lado interno recém-estabelecido;
- 5° lei: mudanças da dualidade brasileira (por sua posição periférica) resultam de mudanças ocorridas no centro dinâmico da economia.

Este modelo complexo demonstra como a história do país é marcada pela sucessão e alternância dos pólos internos e externos, na qual as esferas econômica e social conseguem se expressar.

Rangel afirma que as dualidades apresentam relação estável com os ciclos de Kondratiev. Seria uma realidade traçada por conflitos entre diferentes modos de produção que eram desenvolvidos através de movimentos cíclicos formados por fase de expansão (fase A) e retração da economia (fase B). Todas as transições dualistas desencadeiam transformações político-institucionais como abertura de portos – Independência, Abolição – Repúblicas, Revolução de 1930 – Estado Novo, entre outras combinações.

De acordo com Ignácio Rangel, a história evolui seguindo uma seqüência, na qual cada etapa satisfaz um modo de produção. Este avança para outro mais desenvolvido a partir do momento em que as relações de produção desestimulam as forças produtivas passando a obstruir o sistema. Pelo fato do Brasil ser uma economia complementar, possuindo estruturas antigas e modernas ao mesmo tempo, a seqüência da nossa história difere da de um país desenvolvido, pois tanto o processo social e econômico, quanto o político dependem não só da influência mútua entre o desenvolvimento das forças produtivas e da produção interna do país, como também da relação que este mantém com as economias centrais (relação externa).

Em relação à sociedade brasileira, a dualidade se encontra na substituição e mudança das classes que possuem maior poder político, no momento de transição entre um regime para outro.

## 2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA, INDUSTRIALIZAÇÃO E CRISE URBANA NO BRASIL

Com a substituição de importações, a industrialização se desenvolveu gerando um excedente de mão de obra e de produção. Para Ignácio Rangel, esse era o ponto central da questão agrária, a superpopulação que não era realocada nas indústrias e a superprodução que não era absorvida pelo mercado. Em decorrência da industrialização, uma crise agrária pode ser gerada pelo setor agrícola quando este não consegue liberar mão de obra para atuar nos outros setores da economia, ou quando libera em excesso.

O autor classifica os problemas da questão agrária como diretos ou indiretos. O problema indireto está relacionado à escassez de oferta de certos produtos agrícolas e à insuficiência sazonal de mão de obra. Já o direto ocorre devido à superprodução, ocasionando dificuldade com o comércio exterior, e superpopulação rural, gerando desemprego na cidade. A reforma agrária não solucionaria o problema, por isso ela é politicamente inadequada. “*A questão agrária poderia ser resolvida através da modernização de nossos campos e não necessariamente por uma reforma agrária.*” (Rangel, 1962)

Os problemas indiretos poderiam ser corrigidos a partir de uma mudança estrutural na economia natural, criando lotes familiares que garantissem o mínimo necessário para a população sobran-

sobreviver. Para solucionar o problema direto seria preciso desenvolver o comércio externo fazendo com que a superprodução circulasse, além disso, criaria uma demanda por mão de obra para tais atividades exportadoras, repercutindo também sobre a superpopulação.

De acordo com Rangel, durante o processo de industrialização ocorre a quebra de uma estrutura produtiva natural (agricultura) em detrimento da organização da produção na base industrial. Rangel sempre defendeu suas ideias, mesmo quando estas discordavam do posicionamento de seus companheiros. Entre os anos 50 e 60, ele argumentava que era possível modernizar a agricultura sem necessariamente fazer uma reforma agrária, ao contrário do pensamento da época, que era a favor de acabar com o latifúndio improdutivo, para que este não fosse uma barreira ao desenvolvimento capitalista do país. Isso não queria dizer que ele era contra a reforma, pois sabia que aquele não era o momento adequado, nem politicamente viável de fazê-la acontecer, além disso, o excesso da população do campo iria para as cidades, sem a garantia de um emprego, agravando a questão urbana e, por consequência o desenvolvimento.

Um assunto que auxilia no entendimento da questão agrária é a desagregação dos complexos rurais e suas implicações no mercado interno. Com a desagregação, um lado da agricultura se especializa na parte biológica da produção e o outro lado transforma em indústria as atividades que saem dela. Esse processo, chamado internalização, transforma a agricultura artesanal em industrial.

O preço da terra também é um assunto discutido por Ignácio Rangel. Para ele, o preço elevado é que determina o poder político dos latifundiários, e não o contrário, pois a riqueza patrimonial é gerada pelo processo inflacionário. A solução para esse problema seria a reforma agrária.

Outro tema presente em seus artigos é a relação entre a crise urbana e a agrária. É a partir do desenvolvimento da economia no campo que é possível perceber e explicar a crise urbana, assunto este que começa a aparecer mais frequentemente em discussões a partir da década de 80.

### 2.3 A INFLAÇÃO BRASILEIRA

Esta é uma das principais obras de Rangel. Em *A inflação Brasileira*, o autor desenvolve inicialmente uma análise da equação de troca e a evidência de sua importância quanto aos estudos dos fenômenos monetaristas; na sequência, critica a interpretação desta classe, na qual os preços são influenciados pela oferta monetária. Para Rangel, contrariamente, os preços são determinados por uma variação autônoma.

Dada uma economia monopolista, o equilíbrio pode ser atingido por uma redução da renda agregada, entretanto, o Brasil não adota esse modelo. Para enfrentar a depressão, a economia brasileira faz uso da emissão de moedas “não é o ponto de partida da inflação, mas seu ponto de chegada”.

Segundo Rangel, deve-se compreender o motivo pelo qual a alta dos preços leva à emissão. O aumento autônomo dos preços é influenciado pelas empresas monopolistas que exercem predominância sobre a comercialização de produtos agrícolas. Tais produtos possuem uma elasticidade-preço de demanda reduzida, portanto, se ocorrer um aumento dos preços através do efeito-renda, ocasionará nas empresas de produção de bens com elasticidade-renda com demanda elevada

uma redução de vendas e, conseqüentemente, um acúmulo do estoque nas empresas. Desta forma, modificará a relação entre o saldo disponível e o realizável no Balanço Patrimonial dessas empresas. Para recuperar a liquidez passada, a empresa precisará recorrer aos empréstimos no sistema bancário; esse mecanismo resultará em perdas de liquidez no caixa bancário. Neste descompasso, o Banco do Brasil é amparado pelo governo através da emissão, com isso, “*o mercado reabsorve os excedentes temporariamente retidos*” (Rangel, 1978) e o governo embolsa, pela sua posição heterodoxa, recursos provenientes de tributos aditivos, pelo aumento de depósitos compulsórios e pelo valor da emissão propriamente dita.

Assim, fica explícito que apesar do governo também se favorecer da inflação, esta não foi originada no orçamento da União (tese monetarista), mas sim no âmago da economia (tese estruturalista). Para Ignácio Rangel, a inflação não é explicada pela oferta de moeda, demanda excessiva ou pelos pontos de estrangulamento na oferta como alguns economistas diagnosticavam, e sim pela função da crise econômica que acontecia no período de desaceleração dos longos ciclos de Kondratieff. Permitindo a criação e a comprovação de uma relação inversamente proporcional do crescimento e da inflação no médio prazo, denominada “curva de Rangel”.

Conclui-se que a inflação é, portanto, uma ferramenta de defesa contra a tendência de uma possível recessão, proveniente de uma industrialização sem a ocorrência da reforma agrária.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A imensa contribuição de Ignácio Rangel para discussão econômica teve início efetivamente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Tal experiência lhe proporcionou grande aprendizado técnico, para a construção de uma visão acerca da formação social brasileira.

O economista teve como principais referências teóricas Marx, Engels e Lênin, mas por possuir, por natureza própria, senso crítico singular e inovador, analisava as questões de acordo com sua própria ideologia, sempre preocupado com o desenvolvimento do Brasil.

Uma das mais importantes reflexões foi a de considerar a economia um grande sistema, no qual setores interagem entre si, carecendo de planificação. Havia também um perfil político em suas críticas. Fez uso do método histórico e dialético, principalmente nas teses da Dualidade Brasileira, para explicar o processo de desenvolvimento do país, e dos mecanismos de defesa, manifestados na inflação.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de. **Nosso Mestre Ignácio Rangel**. In: RANGEL, Ignácio. Ignácio Rangel: obras reunidas (organização: César Benjamin). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

FERNANDES, Arissane Dâmaso. Ignácio Rangel: O grande teórico do Dualismo no Brasi. In: **I Seminário de Pesquisas da Pós-graduação em História UFG/UCG**, 2008, Goiânia: UCG, 2008, p.1-19. Disponível em <[http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/07\\_ArissaneFernandes\\_IgnacioRangel.pdf](http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/07_ArissaneFernandes_IgnacioRangel.pdf)> Acesso em 02 mar. 2010.

MEDEIROS, Rodrigo L. Aspectos do Pensamento Econômico de Ignácio Rangel. **Revista Intellectus**. RJ, v.I, a.4, 2005.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Ignácio Rangel. **Estudos Avançados**. SP, v.15, n.41, jan/abr. 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e RÊGO, José Marcio. Um mestre da Economia Brasileira: Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**. RJ, v.13, n.2(50), abr./jun. 1993.

RANGEL, Ignácio. A questão Financeira. **Revista de Economia Política**. RJ, v.1, n.1, jan./mar. 1981.

\_\_\_\_\_. Recessão, inflação e dívida interna. **Revista de Economia Política**. RJ, v.5, n.3, jul./set. 1985.

\_\_\_\_\_. Recursos ociosos e ciclo econômico (alternativas para a crise brasileira). **Revista de Economia Política**. RJ, v.9, n.1, jan./mar. 1989.

\_\_\_\_\_. As crises Gerais. **Revista de Economia Política**. RJ, v.12, n.2(46), abr./jun. 1992.

\_\_\_\_\_. **A Inflação Brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v.1, 1963.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

REGO, José Márcio; MAMIGONIAM, Armen. **O Pensamento de Ignácio Rangel**. 1.ed. Editora 34, 1998.